



- 2.6. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços.
- 2.7. O FORNECEDOR deverá fazer a entrega de cada solicitação de serviço de acordo com o quantitativo requerido e de acordo com os prazos estabelecidos no item 4 do Termo de Referência.
- 2.8. As quantidades estimadas estão descritas no Anexo I deste Edital.
- 2.8.1. É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/21.
- 2.8.2. As quantidades dos itens indicadas no Termo de Referência são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela DPRJ durante a vigência da Ata de Registro de Preços, servindo como referencial para a elaboração das propostas dos licitantes.

### 3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. A participação neste certame é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte apenas **no item 2**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. A exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, busca fomentar a competitividade e possibilita maior participação de pequenos negócios, sem comprometer a vantajosidade econômica para a Administração.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas (caso permitida a participação) mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;
- 3.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio e cooperativas;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, preenchendo o Anexo IV deste Edital;
- 4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, preenchendo o Anexo VI deste Edital.
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a marcação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 4.6. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 (subitens) ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 156, e neste Edital, podendo resultar em advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Poder Público.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 4.11.2. apresentação de proposta com preço distinto para o mesmo item;
- 4.11.3. apresentação de proposta com quantitativo inferior ao total licitado e
- 4.11.4. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. **VISANDO MELHOR CONFIGURAÇÃO E ADEQUAÇÃO SISTÊMICA DA DISPUTA, INFORMAMOS QUE OS 2 (DOIS) ITENS FORAM LANÇADOS COM A QUANTIDADE IGUAL A 1 (UM), PORTANTO, O LICITANTE DEVE INSERIR NO SISTEMA O VALOR TOTAL DE CADA ITEM, CONSIDERANDO AS QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO ITEM 3.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA. APÓS A DISPUTA, O LICITANTE MELHOR CLASSIFICADO ENVIARÁ PROPOSTA DETALHE (ANEXO II), DETALHANDO OS CUSTOS UNITÁRIOS.**
- 5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.9.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 6. ABERTURA DA SESSÃO, FORMULAÇÃO DE LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. **ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.1.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.1.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.1.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.1.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.1.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.1.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.1.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.1.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.1.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 6.1.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.1.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.1.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.1.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.1.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.1.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.1.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.1.11.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (lances), serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no artigo 60 da Lei nº 14.133/21.
- 6.1.11.7. Permanecendo o empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o artigo 60 da Lei nº 14.133/21, será realizado sorteio das propostas (lances) empatadas a ser realizado no sistema Compras.gov.br.

## 6.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.2.1. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.2.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.2.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.2.4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.2.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.2.6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

- 6.2.7. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.2.7.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.2.7.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.2.7.3. Verificado o empate ficto, o(a) Pregoeiro(a) agendará o respectivo julgamento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, mediante publicação de aviso no sistema Compras.gov, informando a data e horário do evento.
- 6.2.7.4. O prazo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no item anterior não engloba a convocação realizada imediatamente após a etapa de disputa de preços.
- 6.2.7.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.2.7.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.2.8. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.2.8.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.2.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.2.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.2.8.4. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.2.8.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.2.9. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Uma vez recebidos os documentos, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.1.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.1.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- a) conter vícios insanáveis;
  - b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.8. Durante a fase de lances será informado o valor estimado pela administração, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado. Será informado, ainda, pelo pregoeiro o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.
- 7.8.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 8. FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos de habilitação são os indicados no item 9, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

- 8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Anexo V deste Edital
- 8.5. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.5.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.7. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.7.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de vinte e quatro horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.7.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.8. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.8.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.
- 8.8.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º), conforme entendimento do Acórdão TCU nº 1211/2021 – Plenário, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.13. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:
- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com todas as alterações ou consolidação respectiva;
- d) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei Federal nº 10.406/02, deverá mencionar, no Contrato Social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o Estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa (caso permitida a participação).
- 9.2. **HABILITAÇÃO TÉCNICA**
- 9.2.1. A licitante melhor classificada deverá apresentar:
- 9.2.2. Declaração de possuir em seu quadro de pessoal, Responsáveis Técnicos: engenheiro civil. Posteriormente, antes da assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar a contratação do referido profissional que deverá ser analisada por setor competente da Diretoria de Infraestrutura da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. A comprovação de vínculo dos Responsáveis Técnicos deverá ser demonstrada por meio de cópias das Carteiras de Trabalho e/ou fichas de Registro de Empregado ou mediante cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. Deverão ser comprovados os registros dos Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da Contratante, ou seu visto para desempenho da atividade profissional na localidade da sede.
- 9.2.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica-Operacional, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado, para órgãos ou entidade Administrativa Pública direta ou indireta ou ainda empresas privadas, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica citadas nas seções seguintes.
- 9.2.4. Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução do objeto.
- 9.2.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão ou se decorrido, pelo menos, um ano de início de sua execução, exceto se firmado em prazo inferior.
- 9.2.6. Os valores mínimos significativos, que permitem estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação deverá representar um valor mínimo de até 50% do quantitativo licitado, sendo elas:
- a) Item 1: Sondagem SPT, sondagem de simples reconhecimento ou sondagem à percussão: mínimo 300m de profundidade;
- b) Item 2: Levantamento Topográfico Planialtimétrico: mínimo levantamento de área de 12.500m² (ou 1,25ha).
- 9.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**
- 9.3.1. Para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
- c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
- c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

f) declaração de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, consoante art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo IV deste Edital

g) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disciplina o art. 63 §1º da Lei nº 14.133/21.

h) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme Anexo V deste Edital, relativo ao atendimento à lei 7.258/2016.

9.3.2. Na hipótese de cuidar-se de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de Registro de Preço, caso se sagre vencedora na licitação.

9.3.2.1. Caso a documentação apresentada pela Microempresa ou pela Empresa de Pequeno Porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da declaração do vencedor do certame (no momento imediatamente posterior à fase de habilitação), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas que tenham efeito negativo.

9.3.2.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.3.2.3. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

#### 9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante detentor da proposta ou lance de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos:

9.4.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, caso se trate de pessoa jurídica (Lei nº 14.133/21, art. 69, caput, inciso II), ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021);

9.4.1.2. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial;

#### 9.5. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

9.5.1. Caso o licitante se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, em especial quanto ao seu artigo 3º, na forma do Anexo VI - Declaração para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, empresário individual e cooperativas (caso permitida a participação) enquadradas no art. 34, da lei nº 11.488, de 2007.

9.6. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

9.7. Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Subdefensor Público Geral de Gestão na hipótese de existência de recursos.

9.8. Se o licitante desatender às exigências previstas neste item, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

### 10. REGISTRO DE PREÇOS

#### 10.1. CADASTRO DE RESERVA

10.1.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante melhor classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, sendo incluído, na respectiva ata, o registro dos que aceitarem cotar o objeto com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

10.1.1.1. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote.

10.1.1.2. A apresentação de novas propostas, na forma deste item, não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

10.1.2. Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

a) Os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;

b) Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

10.1.2.1. Se houver mais de um licitante na situação de que trata a alínea “b”, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

10.1.2.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a DPRJ realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

10.1.3. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados, observado o disposto nos itens 8 e 9, serão convocados para assinar a Ata de Registro de Preços.

10.1.4. O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do primeiro colocado na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

a) Cancelamento do registro do FORNECEDOR, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

b) Cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, causados por razão de interesse público ou a pedido do FORNECEDOR.

#### 10.2. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.2.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado total ou parcialmente quando:

a) Forem descumpridas as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

10.2.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do item 10.2.1 será formalizado por despacho da DPRJ, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

10.2.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

#### 10.3. ACEITAÇÃO DO OBJETO DA ATA

10.3.1. Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pela Ata de Registro de Preços.

10.3.3. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo estão definidos no Termo de Referência.

### 11. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ Nº 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o Ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 11.1.7. ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Ata/contrato;
- 11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Ata/contrato;
- 11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos limites do art. 156, inciso III, §4º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos limites do art. 156, inciso IV, §5º da Lei nº 14.133/2021, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ 1202, de 19 de janeiro de 2023.
- 11.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999, além da Resolução DPGERJ nº 1202/2023.
- 11.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no edital.
- 11.10. A aplicação das Sanções Administrativas (penalidades) devem observar também o exarado no item 11 do Termo de Referência.

## 12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital de Licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: do endereço eletrônico [nulic@defensoria.rj.def.br](mailto:nulic@defensoria.rj.def.br), até o final do último dia do prazo referido.
- 12.3.1. Tanto as respostas às impugnações quanto os pedidos de esclarecimentos serão divulgados no endereço eletrônico da DPRJ, [www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br). ficando as empresas interessadas em participar do certame obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E LAVRATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 13.1. Não sendo interposto recurso, o Subdefensor Público Geral de Gestão adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado. Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o Defensor Público Geral adjudicará e homologará o procedimento.
- 13.2. Uma vez homologado o resultado da licitação pela Subdefensoria Pública Geral de Gestão, o licitante vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, serão convocados, eletronicamente, para a lavratura da Ata de Registro de Preços.
- 13.2.1. O prazo para assinatura da ata é de 72 (setenta e duas) horas após convocação.
- 13.2.2. Na Ata de Registro de Preços são registrados os preços, os fornecedores, e as condições a serem praticadas, conforme definido neste Edital e no Anexo I - Termo de Referência.
- 13.3. Como condição para a lavratura da Ata de Registro de Preços o vencedor, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, deverão apresentar Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo VII, em atendimento ao Decreto Estadual nº 43.150, de 24.08.11.
- 13.4. Na hipótese de não atendimento do item 13.3, poderá a DPRJ proceder à convocação dos demais licitantes, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da penalidade a que se refere o art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021.
- 13.5. Deixando o adjudicatário de lavar a Ata de Registro de Preços no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, após a licitação ter retornado a fase de habilitação pela Subdefensoria Pública Geral de Gestão, poderá o pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, caso não tenha sido formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1.
- 13.6. Uma vez formado o Cadastro de Reserva mencionado no item 10.1, serão os fornecedores convocados na ordem de classificação.
- 13.7. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
- 13.8. Em cumprimento ao previsto do art. 12, inciso II, da Resolução nº 914 de 28/12/2017 da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o adjudicatário, assim como os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva se comprometem a proceder o imediato cadastro como usuário externo no sistema SEI! por meio do link "[https://sei.rj.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)", clicando em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado", lendo atentamente o texto inicial apresentado e preenchendo o formulário em seguida. (dados solicitados)
- 13.8.1. Em seguida, os interessados deverão:
- 13.8.2. Baixar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade ([https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Termo\\_de\\_Declaracao%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_Concordancia\\_e\\_Veracidade.pdf](https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Termo_de_Declaracao%C3%A7%C3%A3o_de_Concordancia_e_Veracidade.pdf));
- 13.8.3. Preencher e assinar o Termo de Declaração de Concordância e Veracidade;
- 13.9. O adjudicatário e os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta melhor classificada deverão optar entre encaminhar a documentação por via:
- 13.9.1. **Postal**, para o endereço: Av. Marechal Câmara, 314 - Centro, Rio de Janeiro – RJ - CEP 20020-080), com os seguintes documentos:
- a) Original do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade preenchido e assinado;
- b) Cópia autenticada em cartório do documento de identificação civil no qual conste CPF.
- 13.9.2. **Eletrônica**, para o endereço eletrônico: [codoc@defensoria.rj.def.br](mailto:codoc@defensoria.rj.def.br), com cópia para [nucont@defensoria.rj.def.br](mailto:nucont@defensoria.rj.def.br), com o seguinte documento:
- a) Termo de Declaração de Concordância e Veracidade original (digital) preenchido e assinado eletronicamente pelo próprio usuário externo, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2011 ou norma que venha a substituí-la. Neste caso, fica dispensada a apresentação do documento de identidade, uma vez que a autenticidade da assinatura será verificada pela validação da cadeia da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
- 13.9.3. Na hipótese do item 13.9.2 - quando o documento for enviado por meio eletrônico (sem assinatura com certificado digital) -, a Coordenação de Gestão Documental estará autorizada a validar o cadastro do usuário externo desde que conste em processo eletrônico do SEI da DPRJ a seguinte documentação:

- a) Termo de declaração de concordância e veracidade original preenchido;
- b) Cópia de identidade;
- c) Documento no Sei assinado por usuário servidor ou defensor público da DPRJ, indicando que os documentos apresentados pelo usuário conferem com o original.

- 13.9.4. Para os membros de Entidades Públicas Federal, Estadual ou Municipal, a autenticidade do documento de identidade poderá ser suprimida mediante a apresentação da cópia de Ato de investidura do agente público na administração.
- 13.10. Verificar se os dados preenchidos estão corretos, confirmar e aguardar o recebimento do e-mail de confirmação;
- 13.10.1. Enviar o termo assinado junto com a cópia da identidade encaminhados de forma digital (digitalizado) para o e-mail [codoc@defensoria.rj.def.br](mailto:codoc@defensoria.rj.def.br) com cópia para [nucont@defensoria.rj.def.br](mailto:nucont@defensoria.rj.def.br).
- 13.11. O atendimento ao disposto no item 13.8 é condição indispensável para assinatura do contrato e/ou Ata de Registro de Preços com a DPRJ, devendo o cadastro ser realizado em até 03 (três) dias úteis da notificação, sob pena de se considerar recusa em assinar o instrumento.
- 13.12. Para fins de cumprimento das obrigações decorrentes da Atas de Registro de Preço, todas as notificações ao FORNECEDOR serão efetuadas no(s) endereços de e-mail cadastrado no sistema SEI nos termos do item 13.8, inclusive notificações decorrentes de procedimentos destinados a apurar falhas na execução do objeto da ata visando a eventual aplicação de penalidades administrativas.
- 13.13. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter o cadastro acima mencionado atualizado, devendo informar por escrito, quaisquer alterações do endereço de e-mail cadastrado para fins de recebimento de notificações.
- 13.14. As notificações às licitantes e adjudicatárias serão efetuadas no endereço de e-mail cadastrado no Compras.Gov; inclusive as decorrentes de procedimentos destinados a apurar a responsabilidade destes nos termos dos art. 90 §5º da Lei nº 14.133/2021, visando à aplicação de penalidade administrativa.

#### 14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de até 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente à execução do serviço, desde que seja apresentada com todos os documentos pertinentes à sua instrução e comprovação do cumprimento da obrigação.
- 14.2. Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.
- 14.3. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.
- 14.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura/Nota Fiscal por culpa do FORNECEDOR, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
- 14.5. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao FORNECEDOR, sofrerão a incidência de atualização financeira com base no IPCA, nos termos do art. 92, inciso V da Lei nº 14.133/2021, e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pro rata die. Aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês pro rata die.
- 14.6. O FORNECEDOR deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.
- 14.7. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.
- 14.8. A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.
- 14.9. Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.
- 14.10. Deverão ser observados ainda, os critérios estabelecidos no item 13 do Termo de Referência.

#### 15. RECURSOS

- 15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 15.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 15.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 15.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.defensoria.rj.def.br](http://www.defensoria.rj.def.br).

#### 16. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0515.5467

NATUREZA DA DESPESA: 339039

FONTE: 1.760.232

#### 17. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O atendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico da DPRJ, <https://transparencia.rj.def.br/licitacoes-contratos-convenios/licitacoes>.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Proposta Detalhe
ANEXO III	Ata de Registro de Preços
Anexo I (Ata)	Consolidação das Informações da Ata de Registro de Preços
Anexo II (Ata)	Cadastro de Reserva
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal
ANEXO V	Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto na Lei 7.258/2016
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Enquadramento da Empresa Licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
ANEXO VII	Declaração de Elaboração Independente de Proposta
ANEXO VIII	Declaração de Inexistência de Penalidade
ANEXO IX	Modelo de Declaração em Atendimento ao § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021
ANEXO X	Documento de Oficialização de Demanda (DOD)
ANEXO XI	Estudo Técnico Preliminar (ETP)
ANEXO XII	Análise de Riscos



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 19/05/2026, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2099204** e o código CRC **AA080168**.

## ANEXOS AO EDITAL

## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

**ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO EDITAL**

## ANEXO II

## PROPOSTA DETALHE

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL PROPOSTA DETALHE				ANEXO II Licitação por Pregão Eletrônico nº 90009/26 A Realizar-se: 10/06/2026, às 11:00H Processo nº E-20/001.008598/2025			
A firma ao lado mencionada propõe fornecer à <b>DPRJ</b> , pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL.				CARIMBO DA FIRMA			
ITEM	SUBITEM	NÚMERO DE ESTOQUE (CATSER)	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO (R\$)	
						UNIT.	TOTAL
01	1.1	965	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EQUIPE PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM  VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	6		
	1.2	965	SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE PENETRAÇÃO PADRÃO (SPT)  VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	M	600		
02	2.1	21369	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO E CADASTRAL, COM CURVAS DE NIVEL A CADA 1,00M, CONSIDERANDO TERRENO DE AREA ATÉ 5000M2, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ  VALOR UNITÁRIO R\$: VALOR TOTAL R\$:	Un	6		

<p>Observações</p> <p>1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <p>- ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</p> <p>- conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.</p> <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p> <p>4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.</p>	<p>Prazo de entrega: De acordo com o Termo de Referência</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local de entrega/execução: conforme o Termo de Referência.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em ____/____/____.</p> <p>FIRMA PROPONENTE</p>
<p>DATA    /    /</p>	<p>FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</p>

<p>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</p> <p>PROPOSTA DETALHE</p>			<p>ANEXO II</p> <p>Licitação por Pregão Eletrônico nº 90009/26</p> <p>A Realizar-se: 10/06/2026, às 11:00H</p> <p>Processo nº E-20/001.008598/2025</p>			
<p>A firma ao lado mencionada propõe fornecer à DPRJ, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL</p>			<p>CARIMBO DA FIRMA</p>			
ITEM	NÚMERO DE ESTOQUE	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	PREÇO	
					UNIT.	TOTAL
		<p><b>DADOS BANCÁRIOS /LICITANTE:</b></p> <p><u>Banco (Nome/Número)</u></p> <p><u>Ag.(Nome/número)</u></p> <p><u>Conta Corrente nº:</u></p> <p><b>INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO:</b></p> <p><u>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ</u></p> <p><u>CNPJ: 31.443.526/0001-70</u></p> <p><u>INSC. ESTADUAL: ISENTO</u></p> <p><u>END: Av. Marechal Câmara, 314 – Centro, Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080.</u></p>				
<p>Observações</p> <p>1ª A PROPOSTA DETALHE deverá:</p> <p>- ser preenchida integralmente por processo mecânico ou eletrônico, sem emendas e rasuras;</p> <p>- conter os preços em algarismos por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais.</p> <p>2ª – O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DETALHE, a cumprir os termos nela contidos.</p> <p>3ª – A licitação mediante PROPOSTA DETALHE poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.</p> <p>4ª – Caso o Termo de Referência contenha anexo específico relativo à Proposta Detalhe, este deverá ser apresentado juntamente com o presente Anexo II.</p>			<p>Prazo para execução: Conforme ANEXO I.</p> <p>Validade da Proposta - Detalhe: preços válidos por 60 (sessenta) dias úteis.</p> <p>Local para execução: Conforme Edital e ANEXO I.</p> <p>Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.</p> <p>Em:        /        /</p>			
<p>DATA    /    /</p>			<p>FIRMA PROPONENTE – ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</p>			

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /2026

PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90009/26

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM SPT E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALMÉTRICO, QUE FIRMAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – DPRJ, E O FORNECEDOR ABAIXO INDICADO.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ), inscrita no CNPJ sob o nº 31.443.526/0001-70, com sede na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, representada neste ato pelo Subdefensor Público Geral de Gestão, FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL, e a sociedade empresária situada na Rua\_\_\_\_\_, Bairro\_\_\_\_\_, Cidade\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº\_\_\_\_\_, domiciliada na Rua\_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, lavram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma do disposto no processo administrativo nº E-20/001.008598/2025, que será regido pelas Leis Federais nº 14.133, DE 1º de abril de 2021, pela Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Resolução DPGERJ nº 1202/2023, Resolução DPGERJ nº 1183/2022, Resolução DPGERJ nº 1246, de 29 de fevereiro de 2024, disposições legais aplicáveis e pelo disposto no presente edital, do instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM SPT E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALMÉTRICO, conforme as especificações contidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital e na Proposta de Preços - Anexo II do Edital, assim como, as informações reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos definidos no Anexo I - Termo de Referência.

**Parágrafo Primeiro:** A contratação com o **FORNECEDOR** registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **DPRJ** de acordo com o quantitativo indicado na cláusula quarta.

**Parágrafo Segundo:** A lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação dos itens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto da contratação, desde que devidamente justificada, sendo assegurada preferência ao **FORNECEDOR** registrado em igualdade de condições, assim como ao **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, na forma da cláusula décima quinta.

**Parágrafo Terceiro:** A Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada na página eletrônica da **DPRJ**, assim como, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará disponibilizada durante a sua vigência

**Parágrafo Quarto:** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS LOCAIS DE ENTREGA**

Os locais de entrega do objeto do registro de preços estão listados no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO**

As quantidades estimadas para a contratação estão descritas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e reunidas no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

a) previsão de aquisição pela **DPRJ**: Conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**Parágrafo Primeiro:** As quantidades dos itens indicadas na alínea “a”, do *caput* desta cláusula, são meramente estimativas e não implicam em obrigatoriedade de contratação pela **DPRJ** durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo Segundo:** É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE ENTREGA**

O **FORNECEDOR** deverá fazer a entrega de cada solicitação da execução do serviço de acordo com o quantitativo requerido e de acordo com os prazos e condições estabelecidas no item 4 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO**

O preço unitário de cada item registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos no Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços. Após a renovação de prazo da Ata de Registro de Preços na forma da Cláusula Sétima, Parágrafo único deste documento, mediante negociação entre as partes e após formalização do pedido pelo **FORNECEDOR** os preços registrados poderão ser reajustados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a aplicação da variação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ou em outro índice setorial que venha porventura a substituí-lo, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses.

**Parágrafo Primeiro:** O preço unitário de cada item engloba todas as despesas relativas ao objeto da ata, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento será considerada.

**Parágrafo Segundo:** O objeto deverá estar coberto por garantia total sobre quaisquer defeitos de execução/fabricação.

**Parágrafo Terceiro:** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo a **DPRJ** promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Quarto:** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a **DPRJ** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

**Parágrafo Quinto:** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Parágrafo Sexto:** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, a **DPRJ** poderá:

a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os **FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA**, mencionados na cláusula décima quinta, para assegurar igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo Sétimo:** Não havendo êxito nas negociações, a **DPRJ** deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, a contar da publicação do extrato deste instrumento no D.O. eletrônico da **DPRJ**.

**Parágrafo primeiro:** O prazo da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, uma única vez por igual período, mediante justificativa técnica formal da área competente e comprovação de que os preços registrados continuam vantajosos à Administração, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021. A prorrogação não implica renovação automática dos quantitativos remanescentes.

**Parágrafo segundo:** Renovando-se o prazo, o quantitativo inicialmente registrado também poderá ser renovado, zerando o saldo remanescente.

**CLÁUSULA OITAVA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta:

PROGRAMA DE TRABALHO: 11610.03.122.0515.5467

NATUREZA DA DESPESA: 339039

FONTES: 1.760.232

**CLÁUSULA NONA: CONTRATAÇÃO PELA DPRJ**

Compete à **DPRJ** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**Parágrafo Primeiro:** A contratação realizada pela **DPRJ** será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Segundo:** A **DPRJ** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor e proceder a consulta aos Cadastros de Fornecedores penalizados, para constatar a inexistência de penalidade cujo efeito ainda vigore.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA**

Executada a ata, o seu objeto será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro:** As condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência - Anexo I do Edital e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto contratual.

**Parágrafo Segundo:** A execução da ata será acompanhada por gestor designado pela **DPRJ**.

**Parágrafo Terceiro:** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo estão definidos no Termo de Referência.

**Parágrafo Quarto:** O recebimento provisório ou definitivo do objeto da ata não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução da ata.

**Parágrafo Quinto:** Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão da **DPRJ**.

**Parágrafo Sexto:** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constante neste Termo de Referência e Anexo 1-A, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da notificação enviada para o e-mail, da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**Parágrafo Sétimo:** O fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Oitavo:** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade do **FORNECEDOR**, nem o exime de manter fiscalização própria.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de até 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente à execução do serviço, desde que seja apresentada com todos os documentos pertinentes à sua instrução e comprovação do cumprimento da obrigação.

**Parágrafo Primeiro:** Os pagamentos serão efetuados, preferencialmente, por meio de crédito em conta corrente da contratada no Bradesco (instituição financeira contratada pela DPRJ), cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura da ata.

**Parágrafo Segundo:** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

**Parágrafo Terceiro:** Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**Parágrafo Quarto:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo Quinto:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **DPRJ**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% (meio por cento) ao mês *pro rata die*.

**Parágrafo Sexto:** O **FORNECEDOR** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “e”, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

**Parágrafo Sétimo:** Do montante devido a CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas ou indenizações impostas pela Administração.

**Parágrafo Oitavo:** A DPRJ não pagará juros de mora por atraso de pagamento de nota fiscal, quando houver ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas das condições de entrega do produto.

**Parágrafo Nono:** Deverão ser observados ainda, os critérios estabelecidos no item 13 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA DPRJ**

Constituem obrigações da **DPRJ**:

- efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;
- entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente ata;
- exercer a fiscalização da execução do objeto;
- receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital e na ata, se houver;
- Além das previstas no item 10 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Constituem obrigações do **FORNECEDOR**:

- entregar o objeto, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, de acordo com as condições estabelecidas no Edital de Pregão; Termo de Referência - Anexo I do Edital; Proposta de Preços - Anexo II do Edital e Anexo I - Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços;
- entregar o objeto da ata sem qualquer ônus para a **DPRJ**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto da ata;
- comunicar ao Fiscal da ata, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos a **DPRJ** ou terceiros;
- deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da DPRJ ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução da Ata de Registro de Preços, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de Lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela DPRJ a tais documentos.
- Além das previstas no item 9 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA RESPONSABILIDADE**

O **FORNECEDOR** é responsável por danos causados a **DPRJ** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da ata, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CADASTRO DE RESERVA**

Fazem parte do Cadastro de Reserva os fornecedores que aceitaram reduzir, na licitação, seus preços ao valor da proposta mais bem classificado, para a formação do Cadastro de Reserva, conforme informações reunidas no Anexo II - Cadastro de Reserva.

**Parágrafo Primeiro:** Estão registrados na Ata de Registro de Preços, após o registro dos preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva, ora designado **FORNECEDOR**, os preços e quantitativos dos que tiverem aceitado cotar o objeto em valor igual aquele, ora designado **FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA**, segundo os critérios do Edital.

**Parágrafo Segundo:** A ordem de classificação dos registrados na ata deverá ser respeitada para as contratações, cabendo a **DPRJ** realizar os devidos registros na Ata de Registro de Preços, para a sua atualização.

**Parágrafo Terceiro:** O Cadastro de Reserva poderá ser empregado no caso de exclusão do **FORNECEDOR** na Ata de Registro de Preços, nas seguintes ocorrências:

- cancelamento do registro do **FORNECEDOR**, quando este descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021;
- cancelamento do registro de preços, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado, causado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- forem descumpridas as condições da ata de registro de preços;
- não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo único:** O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” do *caput* será formalizado por despacho da **DPRJ**, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- por razão de interesse público; ou
- a pedido do **FORNECEDOR**.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**Parágrafo Primeiro:** Comete infração administrativa o proponente/contratado que praticar as condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e Resolução DPGERJ N° 1202 de 18 de Janeiro de 2023, quais sejam:

- dar causa à inexecução parcial da Ata/contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o Ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Ata/contrato;
- i) fraudar a licitação eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do Ata/contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j.1) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**Parágrafo Segundo:** O proponente/contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta da alínea "a" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% a 30% (meio a trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta, por qualquer das infrações das alíneas "a" a "l" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "b" a "g" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "l" do Parágrafo Primeiro da presente cláusula desta Ata, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**Parágrafo Terceiro:** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo Quarto:** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

**Parágrafo Quinto:** A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Sexto:** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**Parágrafo Sétimo:** A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPRJ n.º 1202, de 19 de janeiro de 2023.

**Parágrafo Oitavo:** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**Parágrafo Nono:** A aplicação das Sanções Administrativas (penalidades) devem observar também o exarado no item 12 do Termo de Referência.

**Parágrafo décimo** – A apuração das infrações às cláusulas do contrato e edital observará o contraditório e a ampla defesa e seguirá o procedimento previsto na Resolução DPGE 1.202 de 18 de janeiro de 2023.

**Parágrafo décimo primeiro** –Deverão ser observados, ainda, o item 11 e seus subitens, constante no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ão) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, a presente é assinada eletronicamente pelas partes.

**ANEXO I (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_ DPRJ:

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAAGEM SPT E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALMÉTRICO**

**FORNECEDOR:**

**ITEM:**

ITEM	CATSER	BEM / MATERIAL /PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	QUANTIDADE TOTAL REGISTRADA	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO

**ANEXO II (DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)**

**CADASTRO DE RESERVA**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAAGEM SPT E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALMÉTRICO**

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 1: empresa \_\_\_\_\_, situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, domiciliada na Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 2: empresa \_\_\_\_\_, situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, domiciliada na Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 3: empresa \_\_\_\_\_, situada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, domiciliada na Rua \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_;

Item:

Fornecedor	Item

#### ANEXO IV

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 7º, XXXIII DA CF/88

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº PE 90009/26, promovido por essa DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ CEP: 20.020-080, que a empresa ( Nome Completo ) – CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede ( ou domicílio ) no ( endereço completo ), por mim representada, não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 ( dezesseis ) anos, em obediência ao art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

NOTA: Se for o caso, o licitante deverá declarar também que possui menores de 14 (catorze) anos em seu quadro funcional na categoria de aprendiz.

#### ANEXO V

##### MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO À LEI 7.258/2016

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

#### DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/26, na Av. Marechal Câmara, 314 – 3º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, que a firma \_\_\_\_\_ (Nome Completo) – CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede (ou domicílio) no ( endereço completo ), por mim representada, atende ao disposto na Lei 7.258/2016, apresentando um efetivo de \_\_\_\_\_ empregados

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.  
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

#### ANEXO VI

##### DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

.....(razão social do licitante) inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a.) ..  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90009/26, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro também, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do artigo 4º, § 2º da Lei Nº 14.133/21.

..... (data)  
..... (representante legal)

OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa. Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006

#### ANEXO VII

##### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), doravante denominado LICITANTE, para fins do disposto no Edital nº 90009/26, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO antes da abertura oficial das propostas e;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local, de de .  
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

Local e data  
À Comissão de Pregão a/c Sr. Pregoeiro (a)  
Referente ao Pregão Eletrônico DPRJ nº 90009/26

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº , sediada na(endereço completo) , neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) , inscrito(a) no CPF sob o nº , portador(a) da cédula de identidade nº , expedida por , DECLARA, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE (nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal( is))  
  
CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO § 1º, ART. 63 DA LEI FEDERAL 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 90009/26**, promovido por esta DPRJ, na Avenida Marechal Câmara nº 314, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.020-080, que a empresa ( Nome Completo ), CNPJ nº , com sede (ou domicílio) no ( endereço completo), por mim representada, possui aptidão financeira para a execução do CONTRATO e que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme § 1º, Art. 63 de Lei Federal 14.133/2021.

Declaro ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ANEXO X

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA (DOD)

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2025.

Referência: Processo nº E-20/001.008598/2025

SECRETARIA: SECRETARIA DE ENGENHARIA	
Órgão demandante: (Diretoria/Coordenação): DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E ENGENHARIA	
Responsável pela demanda: MAURICIO NOYA	Id funcional: 42777593
E-mail: mauricio.noya@defensoria.rj.def.br	Telefone: 3950-9054
<b>1. Identificação da demanda:</b>  Esta demanda tem como objetivo a caracterização dos terrenos da DPRJ, nos quais pretende-se a construções de novas Sedes.  Os levantamentos pretendem fornecer dados técnicos essenciais sobre as características do solo, além de informações precisas sobre relevo, curvas de nível, limites e demais elementos geográficos necessários para o planejamento e viabilidade das obras.	
<b>2. Justificativa para a demanda:</b>  A Defensoria Pública visa expandir sua estrutura física por meio da aquisição de novos terrenos para a instalação de futuras sedes. Para isso é imprescindível a caracterização dos terrenos, incluindo a capacidade de carga, levantamento topográfico e sondagem do solo.  Esses estudos são fundamentais para assegurar a viabilidade técnica das obras, orientar o planejamento construtivo e evitar surpresas durante a execução. Além disso, em caso de eventuais problemas futuros, o	

<p>conhecimento prévio das condições do terreno permitirá uma análise mais ágil e precisa, contribuindo para a rápida resolução das ocorrências.</p> <p>A definição da solução e da estratégia da contratação serão estabelecidas após a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, com base na avaliação comparativa de alternativas e na vantajosidade para a Administração.</p>	
<p><b>3. Demonstrativo de que a contratação está prevista no PCA</b></p> <p>A presente contratação será incluída no PCA 2026 E-20/001.004545/2025.</p>	
<p><b>4. Registro de histórico e previsão de prazo para finalização do processo de contratação</b></p> <p>Não há contratação semelhante elaborada pela engenharia.</p> <p>A DPRJ planeja a construção de diversas novas sedes institucionais, conforme plano diretor apresentado em E-20/001.008189/2025. Para viabilizar essas obras, é indispensável a realização de estudos preliminares no solo de, ao menos, seis localidades: Saquarema, Italva, Japeri, Rio das Ostras, São Francisco de Itabapoana e Anchieta. Esses estudos estão previstos para serem executados ao longo do próximo ano. Considerando o prazo de elaboração dos projetos básicos, espera-se que a Ata esteja vigente entre janeiro e março de 2026.</p>	
<p><b>5. Previsão de elementos indispensáveis</b></p> <p>Por tratar-se de contratação de serviço de engenharia é necessário que a empresa seja capacitada no ramo, devendo comprovar a existência de profissional habilitado em seu quadro.</p>	
<p><b>6. Indicação dos servidores que serão designados para a Fiscalização dos Contratos e seus substitutos:</b></p> <p>Nome e ID Funcional: Hugo Medeiros de Oliveira - id: 999804677 Jair Lima - Id: 99806238</p> <p>Substitutos: Monique Vital - id: 999806432</p>	
<b>Responsável pela formalização da demanda:</b>	<b>Local e data:</b>
Nome: Mauricio Noya Id. Funcional: 42777593	Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2025

ANEXO XI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (ETP)

ESTE DOCUMENTO ENCONTRA-SE AO FINAL DO EDITAL

ANEXO XII

ANÁLISE DE RISCOS

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2026.

Referência: Processo Administrativo nº E-20/001.008598/2025

INTRODUÇÃO		
Tendo em vista que a Análise de Riscos irá descrever e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo o processo de Contratação.		
1 – RISCOS DA FASE DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
<b>Risco 01:</b>	Fracasso do certame em razão de preço de referência subestimado	
<b>Probabilidade:</b>	Média	
Id	Dano	Impacto
1.	Caso a seleção reste infrutífera, devido ao baixo preço de referência, poderá provocar licitação deserta ou fracassada.	Baixo
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaboração minudente e com descritivo preciso do objeto a ser licitado.	COEX/DIE
2.	Realização de pesquisa a fornecedores e utilização de preço mediano, ou seleção de tabelas referenciais que se adequem ao objeto.	COEX/DIE
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão do edital com as adequações realizadas pela área demandante.	COEX/DIE
2 – RISCOS DA FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
<b>Risco 02:</b>	Elaboração insuficiente do Termo de Referência	
<b>Probabilidade:</b>	Média	
Id	Dano	Impacto
1.	Caso a especificação esteja incompleta ou inadequada, pode comprometer a correta compreensão do objeto pelos fornecedores, gerando propostas incompatíveis com as necessidades da Administração.	Alto
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaboração detalhada do Termo de Referência com o apoio de equipe técnica especializada, garantindo clareza, precisão e alinhamento às reais necessidades do órgão.	DIE/NUPE
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisão imediata do Termo de Referência e republicação do edital, se necessário.	NUPE/NULIC



<b>Risco 03:</b>		<b>Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando todo o funcionamento.</b>	
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>	
1.	Caso o processo atrase por razão diversas, o fato poderá causar a não execução dos serviços, acarretando atraso nos projetos para construções de novas sedes institucionais.	Médio	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Elaboração de Termo de Referência com especificações claras e de cláusulas contratuais, bem como o acompanhamento e celeridade nos trâmites processuais e contratações.	NUPE e DIE	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Contratação direta do objeto.	DIE	

3 – RISCOS DA FASE DE EXECUÇÃO: GESTÃO DO CONTRATO			
<b>Risco 04:</b>		<b>Risco de não cumprimento do contrato</b>	
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>	
1.	A inexecução do contrato em sua completude pode acarretar atraso no projeto de construção de novas sedes institucionais, além de aumentar os custos e os riscos técnicos e de segurança.	Alto	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Definição de prazos realistas no contrato e acompanhamento sistemático do cronograma de execução.	Gestor do contrato	
2.	Utilização de equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura e Engenharia a fim de acompanhar de forma efetiva a execução dos serviços a serem realizados pela empresa.	Equipe de Fiscalização	
3.	Busca por empresas inidôneas, com larga experiência em sondagem e levantamento topográfico com comprovação por meio da exigência de qualificação técnica.	Gestor do contrato	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Aplicação de sanções contratuais e replanejamento das atividades impactadas.	Equipe de Fiscalização	
2.	Convocar a segunda colocada da licitação.	NULIC	

<b>Risco 05:</b>		<b>Impossibilidade ou restrição de acesso ao terreno.</b>	
<b>Probabilidade:</b>		Baixa	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>	
1.	Atraso na execução, paralisação de serviços e aumento de custos operacionais.	Alto	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Levantamento prévio das condições de acesso.	Empresa Contratada	
2.	Verificação de titularidade e autorização de entrada.	Empresa Contratada	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Reprogramação da Ordem de Serviço.	Equipe de fiscalização	
2.	Utilização de acessos alternativos.	Empresa Contratada	
3.	Negociação emergencial com proprietários ou órgãos locais.	Empresa Contratada/Equipe de Fiscalização	

<b>Risco 06:</b>		<b>Inconsistências nas medições em área com geologia rasa e com interferências subterrâneas</b>	
<b>Probabilidade:</b>		Média	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>	
1.	Necessidade de retrabalho, aumento de custos operacionais, atraso na entrega dos produtos técnicos, geração de dados imprecisos, risco de decisões técnicas inadequadas.	Alto	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Realização de estudo preliminar geológico.	Empresa Contratada	
2.	Consulta a cadastros de interferências junto a concessionárias.	Empresa Contratada	
3.	Acompanhamento técnico qualificado durante a execução dos serviços	Empresa Contratada	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Redefinição do Ponto de Sondagem.	Empresa Contratada	
2.	Execução de sondagens complementares ou aprofundamento das existentes.	Empresa Contratada	
3.	Emissão de relatórios justificando divergências encontradas.	Empresa Contratada	
4.	Ajuste do cronograma para absorver retrabalhos necessários.	Empresa Contratada/Equipe de Fiscalização	

<b>Risco 07:</b>		<b>Condições climática adversas.</b>	
<b>Probabilidade:</b>		Alta	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>	
1.	Paralisação temporária, atraso no cronograma e possível perda de produtividade.	Médio	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Planejamento com base em histórico climático.	Empresa Contratada	
2.	Definição de janelas de execução.	Empresa Contratada	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Suspensão temporária dos serviços.	Empresa Contratada	
2.	Reprogramação do cronograma.	Empresa Contratada/Equipe de Fiscalização	
3.	Priorização de áreas com menor impacto climático.	Empresa Contratada	

<b>Risco 08:</b>		<b>Profundidade de Sondagem insuficiente ou inadequada</b>	
<b>Probabilidade:</b>		Média	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>	
1.	Necessidade de retrabalho, aumento de custos e atraso na entrega dos resultados.	Médio	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Definição técnica adequada no projeto.	DIE/COEX	
2.	Acompanhamento técnico na execução.	Empresa Contratada	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
1.	Execução complementar de sondagens.	Empresa Contratada	
2.	Revisão dos parâmetros técnicos.	Empresa Contratada/Equipe de Fiscalização	

<b>Risco 09:</b>	<b>Variação nos preços dos combustíveis afetando o custo de deslocamento em trajetos extensos, especialmente em serviços distribuídos ao longo do Estado.</b>
------------------	---

Probabilidade:		Baixa
Id	Dano	Impacto
1.	Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, aumento do custo, risco de paralisação ou baixa priorização de ordens de serviços em locais distantes.	Médio
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Previsão contratual de mecanismos de reequilíbrio.	NUCONT
2.	Avaliação de regionalização ou flexibilização da mobilização.	DIE/COEX
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Justificativa técnica e econômica comprovando desequilíbrio.	Empresa contratada
2.	Revisão contratual (reequilíbrio econômico-financeiro), caso comprovado desequilíbrio.	NUCONT



TERMO DE REFERÊNCIA

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.008598/2025

1. OBJETO
- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM SPT E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, em conformidade com Lei Federal nº 14.133/2021 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências), e a Resolução DPGERJ nº 1245/2024.
2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 2.1.1. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro visa implementar políticas de modernização e de ampliação de sua estrutura física, de forma a garantir melhores condições de atendimento à população e aos seus assistidos. Nesse contexto, torna-se imprescindível a análise técnica de terrenos que poderão ser adquiridos para futura instalação de unidades ou sede institucional, em especial no interior do estado e em áreas de maior demanda.
- 2.1.2. Para tanto, é condição prévia e essencial à viabilidade de qualquer aquisição ou edificação a topografia atualizada, somada à determinação da estratigrafia do solo, através das sondagens, que permitirão o conhecimento detalhado do subsolo, de modo a orientar e a fundamentar decisões administrativas e de engenharia, com base na fidedigna realidade do terreno.
- 2.2. DA IMPRESCINDIBILIDADE DA EXECUÇÃO DA TOPOGRAFIA
- 2.2.1. O levantamento topográfico planialtimétrico visa à obtenção de dados precisos sobre o terreno, contemplando altimetrias, declividades, cotas e contornos, com vistas a subsidiar projetos de engenharia ou de arquitetura, garantindo um mapeamento detalhado da área de interesse. Além disso, pode incluir o cadastramento de elementos presentes na área de estudo, proporcionando um mapeamento mais detalhado que permite ao projetista compreender a configuração do relevo, os limites e demais características cadastrais do local a fim de auxiliar no planejamento e execução da obra.
- 2.3. DA IMPRESCINDIBILIDADE DA EXECUÇÃO DA SONDAGEM
- 2.3.1. O serviço de sondagem tipo SPT tem por objetivo a investigação das características geotécnicas do subsolo, por meio da medição da resistência à penetração do solo, identificação das camadas estratigráficas e determinação da profundidade do nível do lençol freático. Além disso, possibilita o dimensionamento de soluções de engenharia geotécnica, de acordo com as características do solo e da obra e, caso ocorra algum problema futuro, permite o conhecimento da área, garantindo uma análise mais rápida e resolução do problema, de forma eficiente, precisa, segura e econômica.
3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO
- 3.1. As especificações técnicas e as respectivas quantidades a serem fornecidas, assim como os valores de referência se encontram em planilha abaixo:

ITEM	COD. CATSER	BASE REFERENCIAL	COMPOSIÇÃO	SUBITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
1	965	CPOS (12/2025)	01.21.010	1.1	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EQUIPE PARA EXECUÇÃO DE SONDAGEM	UNID.	6,0	R\$ 1.342,33	R\$ 8.053,98
		EMOP (12/2025)	01.003.0001-A	1.2	SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE PENETRAÇÃO PADRÃO (SPT)	M	600,0	R\$ 137,89	R\$ 82.734,00
		VALOR TOTAL DO ITEM:							R\$ 90.787,98
2	21369	EMOP (12/2025)	01.016.0210-A	2.1	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO E CADASTRAL, COM CURVAS DE NIVEL A CADA 1,00M, CONSIDERANDO TERRENO DE AREA ATÉ 5000M2, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ	UNID.	6,0	R\$ 6.307,74	R\$ 37.846,44
		VALOR TOTAL DO ITEM:							R\$ 37.846,44
		VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO							R\$ 128.634,42

- 3.2. O fornecimento dos serviços será de acordo com a demanda da DPRJ.
- 3.3. O quantitativo que consta na tabela do item 3.1 foi estimado para atendimento durante 12 (doze) meses.
- 3.4. A presente contratação será por Item, sendo declarada vencedora aquela que apresentar o menor preço unitário por item.
- 3.5. O Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá manter o preço registrado durante o prazo de vigência da Ata.
- 3.6. O beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá garantir a capacidade de execução do quantitativo total durante o prazo de vigência da Ata.
- 3.7. Havendo divergências entre as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e as constantes no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas e sistema Compras.gov, SEMPRE prevalecerão as especificações constantes neste Termo.
- 3.8. A DPRJ não tem obrigatoriedade de solicitar a utilização de todo quantitativo estimado, conforme previsto na tabela no item 3.1
4. EXECUÇÃO DO SERVIÇO
- 4.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
- 4.1.1. Os serviços serão requisitados de acordo com as necessidades do ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 4.1.2. O prazo para o início do serviço será de até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Ordem de Serviço, mediante prévio agendamento. Este prazo foi considerado para que a empresa tenha tempo de planejamento, organização e ações necessárias ao início das atividades em campo.
- 4.1.3. O prazo de entrega/execução do serviço será de até 20 (vinte) dias corridos do recebimento da Ordem de Serviço.
- 4.1.4. O quantitativo dos serviços utilizados pela CONTRATANTE será contabilizado de acordo com a efetiva necessidade do serviço, obrigando-se a CONTRATADA a disponibilizá-los mediante solicitação.
- 4.1.5. A contratada deverá realizar os serviços utilizando-se de equipamentos e mão-de-obra da própria empresa, ficando a CONTRATANTE desobrigada de fornecer quaisquer equipamentos ou pessoal para o cumprimento dos serviços.
- 4.1.6. As áreas em que serão realizados os serviços de sondagem e de levantamento topográfico serão definidas pela CONTRATANTE, conforme demandas internas, devendo ser identificado, pelo solicitante, qual o serviço que deverá ser executado, obedecendo, rigorosamente, o que determinam as normas da ABNT.
- 4.1.7. Os endereços para realização dos serviços serão informados na Ordem de Serviço, abrangendo todo o Estado do Rio de Janeiro.
- 4.1.8. Será facultado à CONTRATANTE convocar a CONTRATADA para assinar tantas Ordens de Serviços quanto forem necessárias para o atendimento de suas necessidades, sendo certo que o não atendimento injustificado da contratada para assinatura da Ordem de Serviço será considerado como fato qualificador da inexecução total do objeto constante da respectiva Ordem de Serviço, para os fins previstos na legislação em vigor e no compromisso de execução dos serviços.
- 4.1.9. Nos preços propostos pela CONTRATADA já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, como frete, encargos fiscais, sociais, trabalhistas e quaisquer outros. Correrão exclusivamente por conta da contratadas quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.
- 4.1.10. A CONTRATADA deverá elaborar relatório fotográfico e descritivo dos serviços realizados, com fotos, durante a execução e outras informações que bem caracterize o serviço realizado. Esse relatório é condicionante para liberação do pagamento à contratada.
- 4.1.11. O pagamento da contratada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de acordo com o estipulado na Ata de Registro de Preços ou no Contrato Administrativo, será devido a cada solicitação por parte do CONTRATANTE, e execução dos serviços por parte da CONTRATADA, na exata proporção dos quantitativos executados.
- 4.1.12. A CONTRATADA não será ressarcida de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos na Ata de Registro de Preços, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.
- 4.1.13. Cabe especificamente à CONTRATADA, atender as seguintes condições: os serviços deverão ser executados com toda a perfeição técnica, respeitando as normas, regulamentos e leis aplicáveis aos serviços de sondagem, em especial as exigências das Normas Técnicas da ABNT; bem como executar todos os serviços em conformidade com a legislação ambiental, respeitando o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.
- 4.2. ITEM 1: EXECUÇÃO DE SONDAGEM:
- 4.2.1. O ensaio de Sondagem deverá ser executado conforme orientações apresentadas na norma NBR 6484/2020 e demais normas pertinentes.
- 4.2.2. O número de furos e a profundidade máxima a ser analisada em cada furo estarão discriminados na Ordem de Serviço, podendo ser realizado ensaio até que se tenha critério de parada atendido, conforme NBR 6484/2020. Independente da profundidade final do ensaio, para critério de pagamento, em cada Ordem de Serviço será considerado, no mínimo, 15m de profundidade por furo, limitado à profundidade total efetivamente realizada, conforme relatório de sondagem, com base no critério de parada ou limite solicitado em Ordem de Serviço, o que ocorrer primeiro.
- 4.2.3. A taxa de mobilização e desmobilização será considerada para cada localidade de ensaio, apresentada em Ordem de Serviço, devendo ser faturada após a conclusão e atesto da fiscalização.
- 4.2.4. Faz parte dos serviços de sondagem a eventual demolição de pisos ou pavimentos necessários à realização do serviço, além de capina na região de execução dos furos de sondagem, devendo ocorrer somente na área do furo e com abrangência suficiente para permitir a execução dos serviços, incluindo ainda a limpeza e recomposição posterior. Ficará a cargo da contratada o eventual fornecimento de água para execução dos ensaios.
- 4.2.5. Ao final dos serviços, o relatório de sondagem deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa e conter perfis individuais onde conste, no mínimo:

- a) Nome do cliente;
- b) Nome e endereço da obra;
- c) Número do furo, diâmetro da sondagem, indicação do tipo de amostrador utilizado;
- d) Data de início e término do furo, profundidade máxima alcançada e nome do sondador;
- e) Tabela com leitura do nível d'água com: data, hora, profundidade do furo, profundidade do revestimento e observações sobre eventuais fugas d'água, artesianismo, etc. No caso de não ter sido atingido o nível d'água, deverá constar no boletim as palavras "furo seco";
- f) Posição final do revestimento;
- g) Posição e identificação (número) das amostras coletadas;
- h) Resultados do ensaio de lavagem por tempo;
- i) Resultado dos ensaios de perfuração, com os métodos de perfuração utilizados e profundidades respectivas por trecho em gráfico, juntamente com a representação gráfica dos perfis do solo, em escala 1:100;
- j) Classificação geotécnica e posição (profundidade) das diversas camadas constituintes do subsolo até a profundidade de paralisação da sondagem;
- k) Perfil provável das diversas camadas, com indicação da consistência e/ou compacidade conforme cada caso específico;
- l) Nome e assinatura do engenheiro/arquiteto ou geólogo responsável pela classificação geotécnica;
- m) Indicações de anomalias observadas;
- n) Motivo de paralisação do furo.

- 4.2.6. Deverão acompanhar os perfis individuais:
- a) Texto explicativo com critérios de descrição das amostras, bem como outras informações importantes, com nome e assinatura do responsável pela empresa contratada e do engenheiro ou geólogo responsável pela classificação geotécnica;
  - b) Planta de locação das sondagens ou, na sua falta, croqui com as distâncias aproximadas das amarrações dos furos;
  - c) Campanha fotográfica com o mínimo de 01 foto para cada furo e 01 foto para toda a área ilustrando a mobilização e os serviços em execução no local;
  - d) Todo o conteúdo será fornecido através da versão digital por meio de link ou pen drive, contendo todos os arquivos, conforme os softwares adequados, gerados para o serviço;
  - e) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT dos serviços executados.

4.2.7. Os resultados das sondagens devem ser apresentados em desenhos contendo o perfil individual de cada sondagem e ainda as seções com o perfil geotécnico do terreno.

4.3. ITEM 2: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO

4.3.1. O serviço de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral deverá ser realizado de acordo com a Norma ABNT NBR 13.133/1994.

4.3.2. A documentação técnica do projeto será composta por elaboração de plantas topográficas, plantas de loteamento, memoriais descritivos e outros documentos técnicos, digital (arquivos DWG ou DXF), com as elevações das curvas de níveis e pontos do levantamento com a devida elevação, organizados e identificados, e todos os desenhos e documentos técnicos deverão atender aos formatos e normas da ABNT, com a devida indicação da simbologia utilizada em cada projeto.

4.3.3. Os levantamentos topográficos deverão contemplar poligonais e detalhes planialtimétricos que representem fielmente os elementos naturais e artificiais existentes, como córregos, valetas, edificações, postes, árvores de médio e grande porte, cercas e demais referências relevantes.

4.3.4. Deverá ser utilizado ao menos um marco de concreto cravado, facilmente identificável e que ofereça condição de permanecer inalterado ao longo do tempo, devendo ser apresentado prova de execução dos marcos, através de monografia dos marcos, a ser anexada ao Relatório Técnico.

4.3.5. O desenho topográfico deverá ser entregue em formato .dwg e .pdf apresentando, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Data e local do levantamento;
- b) Designação (nome) e natureza do empreendimento;
- c) Instrumento utilizado, com características principais;
- d) Orientação magnética, na data do levantamento;
- e) Datum;
- f) Perímetro do terreno, com as medidas dos lados da poligonal, ângulos internos, deflexões e área;
- g) Curvas de nível de metro em metro, cotas dos vértices e nível de pontos notáveis;
- h) Referência de nível (RN) devidamente caracterizado e de fácil localização e identificação;
- i) Ruas adjacentes, com nomes, dimensões da via, passeio e acessos, tipo de pavimentação e arborização existentes;
- j) Locação da rede elétrica de distribuição e da rede de iluminação pública existente, indicando a locação dos postes, luminárias e transformadores;
- k) Locação dos dispositivos de drenagem e redes de água/esgoto, apresentando todos os dados disponíveis das tubulações, tais quais diâmetro, material, profundidade e demais informações pertinentes, apresentando, principalmente, cotas de fundo e de topo dos dispositivos de drenagem;
- l) Locação das redes de tubulação de gás, apresentando todos os dados disponíveis das tubulações, tais quais diâmetro, material, profundidade e demais informações pertinentes;
- m) Locação das redes aéreas de transmissão de energia, apresentando voltagem da rede, altura dos cabos e faixa de domínio;
- n) Locação de redes de comunicação, tais quais telefonia, internet e fibra ótica, indicando altura ou profundidade das redes;
- o) Locação de muros, cercas, construções, afloramento de rochas, depressões, nascentes, córregos, cursos d'água perenes ou intermitentes, lagoas, área de brejo ou qualquer outra ocorrência, que existam no terreno ou que estejam nas proximidades e possam interessar ao projeto a ser desenvolvido, indicando largura, seção e nível em relação ao RN;
- p) Locação das árvores cujos diâmetros sejam maiores que 0,20 m, medidos a 1,20m do solo e com a indicação aproximada do diâmetro de suas copas (se houver);
- q) Áreas de preservação permanente e de conservação, *non aedificandi*, afastamentos e servidões;
- r) Localização, área de projeção, número de pavimentos, tipo de estrutura e cotas das soleiras de eventuais edificações existentes no terreno;
- s) Posição das divisas de propriedades vizinhas.

4.3.6. A versão em .pdf do documento deverá estar assinada digitalmente pelo responsável técnico.

5. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

5.1. O objeto enquadra-se como comum e será realizada licitação para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica. A escolha do SRP fundamenta-se na necessidade frequente e não totalmente previsível da execução de serviços de sondagem e topografia, que serão demandados em razão da construção de sedes institucionais, o que permite maior agilidade, economicidade e flexibilidade na contratação e possibilita que a Administração realize tais contratações conforme a necessidade, sem a obrigatoriedade de adquirir a totalidade do quantitativo estimado.

5.2. Na forma do art. 6º, inc. XXXVIII, combinado com o inc. XLI da Lei Federal nº 14.133/2021, o critério de julgamento escolhido para a contratação é o de "menor preço por Item", sendo o critério de aceitabilidade da proposta o preço máximo unitário por item.

5.3. Durante a fase de lances será informado o valor estimado pela administração, a fim de que todos os licitantes possam apresentar propostas dentro do valor estimado.

5.4. Após a fase de lances, será informado, ainda, pelo pregoeiro o valor unitário máximo admitido para cada item, com vistas à adequação dos valores ofertados pelo licitante classificado em primeiro lugar, sob pena de inabilitação caso algum exceda o máximo admitido.

5.5. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços.

5.6. A prorrogação do prazo de vigência da ata não implica renovação automática dos quantitativos remanescentes, devendo a utilização restringir-se ao saldo remanescente, salvo se devidamente justificada a necessidade de nova contratação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.7. Após a renovação de prazo da Ata de Registro de Preços, mediante negociação entre as partes e após formalização do pedido pelo FORNECEDOR, os preços registrados poderão ser reajustados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a aplicação da variação do ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) ou em outro índice setorial que venha porventura a substituí-lo, ocorrida nos últimos 12 (doze).

6. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

6.1. A indicação da fonte de recursos orçamentários para a presente contratação, bem como sua disponibilidade, será definida e atestada pela Secretaria de Orçamento e Finanças da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado para esta contratação, com base nos quantitativos e valores unitários apresentados na tabela 3.1, sendo:

7.1.1. Item 1: R\$ 90.787,98 (noventa mil setecentos e oitenta e sete reais e noventa e oito centavos)

7.1.2. Item 2: R\$ 37.846,44 (trinta e sete mil oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos)

7.1.3. Totalizando um valor referencial para a presente contratação igual a R\$ 128.634,42 (cento e vinte e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

8. VIGÊNCIA

8.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, a contar da publicação do extrato deste instrumento no D. O. eletrônico da DPRJ.

8.2. O prazo do item 8.1 poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso (art. 84 caput/ Lei 14.133/2021). A prorrogação do prazo de vigência da ata não implica renovação automática dos quantitativos registrados, devendo a utilização restringir-se ao saldo remanescente, salvo se devidamente justificada a necessidade de nova contratação, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021

8.3. Não será admitida adesão a ata de registro de preços.

9. OBRIGAÇÕES DO FONECEDOR

9.1. Contratar com o órgão gerenciador no período de vigência desta Ata, bem como executar o objeto desta Ata durante a vigência contratual em conformidade com esse Termo de Referência;

- 9.2. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo órgão gerenciador referentes ao cumprimento das obrigações assumidas nesta Ata;
- 9.3. Indicar junto a DPRJ funcionário responsável pelo atendimento da Defensoria Pública;
- 9.4. Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 9.5. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e, quando for o caso, aos órgãos participantes, bem como a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata;
- 9.6. Cumprir as obrigações e os prazos previstos nesta Ata de Registro de Preços, cobrindo os riscos a que se julgar exposta;
- 9.7. Conduzir-se de acordo com as normas específicas pertinentes ao objeto e com estrita observância do instrumento convocatório e da legislação vigente;
- 9.8. Comunicar ao Fiscal, por escrito e tão logo constatado o problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação, para a adoção das providências cabíveis;
- 9.9. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à DPRJ ou terceiros;
- 9.10. Apresentar resposta a qualquer comunicação da DPRJ, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do seu recebimento;
- 9.11. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços, quitadas, do responsável técnico, conforme especificações previstas, para cada Ordem de Serviço encaminhada pelo fornecedor.

10. OBRIGAÇÕES DA DPRJ

- 10.1. Fornecer ao FORNECEDOR os documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução da Ata.
- 10.2. Exercer a fiscalização e gestão da Ata.
- 10.3. Receber provisória e definitivamente o objeto contratado, nas formas definidas neste Termo de Referência.
- 10.4. Avaliar relatório de entrega do objeto pelo FORNECEDOR, observando os prazos e especificações técnicas estabelecidas neste TR.
- 10.5. Notificar o FORNECEDOR quanto a defeitos ou irregularidades verificados no objeto da contratação.
- 10.6. Efetuar o pagamento de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos na Ata.
- 10.7. Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações legais assumidas pelo FORNECEDOR.
- 10.8. Verificar a regularidade fiscal do FORNECEDOR antes de efetuar o pagamento.
- 10.9. Efetuar os pagamentos ao FORNECEDOR, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor.
- 10.10. Vetar o emprego de qualquer serviço que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta do FORNECEDOR, que possa ser inadequado, nocivo, danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores públicos.
- 10.11. Aplicar ao FORNECEDOR, caso necessário, as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 10.12. Preencher e enviar a ordem de serviço de acordo com os critérios estabelecidos neste TR.
- 10.13. Recusar, com a devida justificativa, qualquer objeto entregue fora das especificações constantes na proposta do FORNECEDOR.
- 10.14. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura emitida pelo FORNECEDOR dentro dos prazos preestabelecidos em Ata.
- 10.15. Comunicar ao FORNECEDOR todas e quaisquer ocorrências relacionadas com à execução dos serviços.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

- 11.1. Comete infração administrativa o proponente que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 11.1.1. Dar causa à inexecução parcial da Ata;
- 11.1.2. Dar causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3. Dar causa à inexecução total da Ata;
- 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida neste Termo de Referência;
- 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida neste Termo de Referência ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- 11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os proponentes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste Termo de Referência.
- 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. O proponente que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:
- a) Advertência por escrito, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multas, na forma prevista neste Termo de Referência;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 11.3. Não obstante as sanções previstas no item 11.4, poderá ser aplicada penalidade referente à inexecução da Ata, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo.
- a) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução parcial das obrigações contidas no mesmo.
- b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total das obrigações contidas no mesmo ou recusa injustificada em assinar o contrato no prazo devido, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.
- 11.3.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao FORNECEDOR, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 11.3.2. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o FORNECEDOR da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 11.3.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.4. Das Penalidades Específicas:
- 11.4.1. A pena de multa será aplicada, conforme a gradação e correspondência estabelecidas nas tabelas a seguir:

TABELA 1: PERCENTUAIS

GRAU	PERCENTUAL CORRESPONDENTE
1	Até 5% do valor total da Nota de Empenho
2	Até 10% do valor total da Nota de Empenho
3	Até 15% do valor total da Nota de Empenho
4	Até 20% do valor total da Nota de Empenho
5	Até 25% do valor total da Nota de Empenho
6	Até 30% do valor total da Nota de Empenho, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da ata.

TABELA 2: DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Ocorrência	Descrição	Grau	Hipóteses de incidência
a	Permitir situação que possibilite causar ou que efetivamente cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais aos seus funcionários, à DPRJ e aos seus prepostos.	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da Ata.
b	Retirar das dependências da DPRJ quaisquer equipamentos ou materiais, sem autorização prévia do responsável.	5	Por ocorrência.
c	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência.
d	Fornecer informação falsa de serviço ou de substituição de material.	4	Por ocorrência.
e	Apresentação dos produtos e/ou serviços fora dos padrões/especificações exigidos no Termo de Referência.	3	Por ocorrência, salvo se autorizado pela DPRJ.
f	Apresentação dos produtos e/ou serviços de maneira parcial em relação à Nota Fiscal.	2	Por ocorrência.
g	Funcionários vestidos inadequadamente e com postura imprópria para a realização do serviço.	1	Por ocorrência.

TABELA 3: ATRASOS:

Item	Descrição	Dias de Atraso	Grau	Incidência
1	Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega e/ou execução do serviço, salvo se autorizado pela DPRJ.	Até 05 dias	1	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da Ata.

2	Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega e/ou execução do serviço, salvo se autorizado pela DPRJ.	De 6 a 10 dias	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da Ata.
3	Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega e/ou execução do serviço, salvo se autorizado pela DPRJ.	De 11 a 15 dias	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da Ata.
4	Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega e/ou execução do serviço, salvo se autorizado pela DPRJ.	De 16 a 20 dias	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da Ata.
5	Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega e/ou execução do serviço, salvo se autorizado pela DPRJ.	De 21 a 25 dias	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da Ata.
6	Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega e/ou execução do serviço, salvo se autorizado pela DPRJ.	Acima de 25 dias	6	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento da Ata.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. A totalidade das multas aplicadas não poderá ultrapassar o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, sem prejuízo do cancelamento da Ata.

11.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.8. A apuração e o julgamento das infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão rito normal, na forma da Resolução DPGERJ nº 1202 de 18 de janeiro de 2023.

11.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

## 12. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO ATA

12.1. A gestão da Ata caberá a um servidor designado pela Diretoria de Infraestrutura e Engenharia.

12.2. A gestão da contratação caberá a um servidor designado pela Coordenação de Contratos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

12.3. A Fiscalização da Ata, para cumprimento do poder-dever inerente à Administração Pública de fiscalização, na forma do artigo 117, da Lei nº 14.133/21, caberá a 03 (três) servidores designados pela Diretoria de Infraestrutura e Engenharia (DIE) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

## 13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será à vista e de acordo com a quantidade demandada, no prazo de até 30 dias corridos a contar da atestação da fatura referente à execução do serviço, desde que seja apresentada com todos os documentos pertinentes à sua instrução e comprovação do cumprimento da obrigação, seguindo os critérios abaixo:

- a) A Contratada apresentará à Contratante, após a conclusão do serviço requisitado com base na Ordem de Serviço, a respectiva nota fiscal;
- b) No caso da não aprovação da nota fiscal por motivo de incorreção, rasura ou imprecisão, ela será devolvida à Contratada para a devida regularização, reiniciando-se os prazos para aceite e consequente pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal devidamente regularizada;
- c) Ocorrendo atraso na execução/refazimento do serviço, a Contratada deverá anexar à respectiva nota fiscal justificativa e documentação comprobatória dos motivos alegados;
- d) Na hipótese precedente, a Contratante efetuará o pagamento pertinente, restando o valor de eventual multa por atraso, até a conclusão do Processo Administrativo instaurado para avaliação do descumprimento e da justificativa apresentada;
- e) O valor eventualmente retido será restituído à Contratada, caso a justificativa apresentada seja julgada procedente, sendo convertido em penalidade, caso se conclua pela improcedência da justificativa.

13.4. O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente, cujo número da conta, agência e banco deverão ser indicados pelo FORNECEDOR em sua proposta comercial.

## 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. A licitante melhor classificada deverá apresentar:

14.1.1. Declaração de possuir em seu quadro de pessoal, Responsáveis Técnicos: engenheiro civil. Posteriormente, antes da assinatura da ata, a empresa deverá comprovar a contratação do referido profissional que deverá ser analisada por setor competente da Diretoria de Infraestrutura da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. A comprovação de vínculo dos Responsáveis Técnicos deverá ser demonstrada por meio de cópias das Carteiras de Trabalho e/ou fichas de Registro de Emprego ou mediante cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. Deverão ser comprovados os registros dos Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), da localidade da sede da Contratante, ou seu visto para desempenho da atividade profissional na localidade da sede.

14.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica-Operacional, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado, para órgãos ou entidade Administrativa Pública direta ou indireta ou ainda empresas privadas, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado e que façam explícita referência pelo menos às parcelas de maior relevância técnica citadas nas seções seguintes.

14.2. Poderá ser apresentado mais de um atestado de capacidade técnica, sendo aceito o seu somatório, desde que reste demonstrada a execução do objeto.

14.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão ou se decorrido, pelo menos, um ano de início de sua execução, exceto se firmado em prazo inferior.

14.4. Os valores mínimos significativos, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação deverá representar um valor mínimo de até 50% do quantitativo licitado, sendo elas:

- a) Item 1: Sondagem SPT, sondagem de simples reconhecimento ou sondagem à percussão: mínimo 300m de profundidade;
- b) Item 2: Levantamento Topográfico Planialtimétrico: mínimo levantamento de área de 12.500m² (ou 1,25ha).

## 15. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.1. Considerando a natureza da contratação, **não se exigirá** das licitantes a demonstração de aptidão econômica e saúde financeira da empresa através de coeficientes e índices econômicos previstos na Edital.

## 16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Fica o termo de referência em questão como esclarecedor de quaisquer dúvidas que por ventura venham a existir.

16.2. Todos os serviços deverão obedecer às normas e especificações da ABNT.

16.3. As partes elegem o foro da comarca do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente termo.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 19/05/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2099207** e o código CRC **531BDECf**.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.

Referência: Processo nº E-20/001.008598/2025

O presente estudo tem como objetivo apurar a melhor solução de mercado para a demanda apontada no DOD constante do documento SEI nº 1935842, qual seja, a realização de estudos preliminares do solo a fim de viabilizar a construção de novas sedes da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

## I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A Defensoria Pública visa promover a construção de sedes institucionais com o objetivo de melhorar a infraestrutura física, garantir melhores condições de atendimento ao público e proporcionar ambiente adequado ao desempenho das atividades dos defensores, servidores e colaboradores. Tal iniciativa está alinhada à missão constitucional da instituição, considerando que o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal estabelece ser dever do Estado garantir assistência jurídica àqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Assim, busca-se não apenas o fortalecimento institucional, mas também o aprimoramento da qualidade dos espaços físicos destinados ao atendimento dos assistidos, contribuindo para uma prestação de serviço mais eficiente, digna e acessível.

Nesse contexto, para subsidiar a elaboração de projetos arquitetônicos e estruturais das futuras edificações, bem como evitar distorções e/ou imprecisões na elaboração de orçamentos de obras públicas, sobretudo no que diz respeito ao cálculo e execução de fundações, é imprescindível a realização de levantamento de informações sobre o perfil do subsolo, a verificação da capacidade de suporte do solo e o dimensionamento seguro e econômico das fundações e das demais estruturas da edificação.

## II - Descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho:

## a) Dos requisitos da contratação:

Entende-se a necessidade de contratação de empresa que realize todos os serviços necessários para caracterização do terreno, incluindo levantamento planialtimétrico e características do solo.

Todos os serviços deverão seguir as Normas técnicas pertinentes à área de atuação: NBR 6484/2020, NBR 13.133/1994.

O licitante deverá comprovar, por meio de atestados, que demonstrem capacidade técnica-operacional na execução de serviços similares de complexidade operacional equivalente ou superior, em conformidade com as exigências apresentadas no Termo de Referência.

Dentre os requisitos técnicos necessários à contratação, ressalta-se, ainda, a necessidade de comprovação da empresa de possuir, em seu quadro de pessoal, Responsáveis Técnicos: engenheiro civil. Posteriormente, antes da assinatura do contrato, a empresa deverá comprovar a contratação dos referidos profissionais, que deverá ser analisada por setor competente da Diretoria de Infraestrutura da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro. A comprovação de vínculo dos Responsáveis Técnicos deverá ser demonstrada por meio de cópias das Carteiras de Trabalho e/ou fichas de Registro de Empregado ou mediante cópia do ato de investidura no cargo ou cópia do contrato social e suas alterações, em se tratando de sócio, sendo admitida a comprovação do vínculo empregatício do responsável técnico também por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. Deverão ser comprovados os registros dos Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da localidade da sede da Contratante, ou seu visto para desempenho da atividade profissional na localidade da sede.

## b) Da exigência de garantia contratual:

Não será exigida garantia de execução, visto que o serviço a ser contratado é de baixa complexidade e baixo valor, não sendo necessária a apresentação de garantias.

## c) Da subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto considerando o escopo reduzido dos serviços e a grande disponibilidade de empresas para execução do escopo pretendido.

## d) Da necessidade de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício:

A Audiência Pública, tem como conceito tratar-se de uma reunião pública, transparente e de ampla discussão em que se vislumbra a comunicação entre os vários setores da sociedade e as autoridades públicas em busca de uma solução mais adequada a uma demanda existente. O objeto discutido neste ETP não tem a complexidade exigida para uma Audiência Pública, por se tratar de obra de engenharia, não obstante a especialização requerida em sua execução, considerando também a existência de grande quantidade de empresas desse segmento no mercado.

## e) Sobre a participação de licitantes em regime de consórcio para a presente contratação:

Entende-se pela vedação à participação de licitantes constituídos sob a forma de consórcio, que se justifica em razão das características do objeto, a qual, embora demande capacidade técnica compatível, não apresenta grau de complexidade ou vulto que inviabilize a participação de empresas atuando de forma individual. Nas contratações dessa natureza, é comum a participação de empresas de pequeno porte que, isoladamente, detêm as condições técnicas e econômico-financeiras necessárias ao cumprimento integral das obrigações contratuais.

Assim, a admissão de consórcios não se mostra imprescindível para assegurar a competitividade do certame. Ademais, a formação de consórcios é usualmente admitida em situações excepcionais, quando o objeto envolve elevada complexidade técnica ou grande porte, circunstâncias em que empresas isoladas não conseguiriam atender aos requisitos de habilitação. Não sendo este o caso, e considerando que a decisão quanto à admissão de consórcios insere-se na esfera de discricionariedade da Administração, conclui-se pela vedação à participação de licitantes em regime de consórcio, sem prejuízo à ampla competitividade.

## f) Sobre a participação de cooperativas para a presente contratação:

No que se refere à participação de cooperativas, verifica-se que o objeto da contratação envolve a execução de serviços de engenharia que demandam organização empresarial estruturada, com definição clara de responsabilidades, gestão técnica centralizada e vínculo de subordinação entre os profissionais envolvidos na execução contratual.

O regime cooperativo, por sua natureza, caracteriza-se pela autonomia dos cooperados e pela ausência de subordinação, elementos que se mostram incompatíveis com as exigências operacionais e gerenciais inerentes à execução de obras dessa natureza. A necessidade de comando técnico unificado, cumprimento de cronograma físico-financeiro e responsabilização direta da contratada evidencia a inadequação desse regime ao objeto pretendido.

Além disso, a eventual participação de cooperativas poderia comprometer a isonomia e a competitividade do certame, considerando as particularidades desse modelo, inclusive no que se refere à estrutura de custos.

Diante do exposto, e em consonância com o entendimento consolidado no Enunciado nº 33 da PGE sobre a matéria, a Diretoria de Infraestrutura e Engenharia conclui pela vedação à participação de licitantes constituídos sob a forma de cooperativa na presente contratação."

## III - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, podendo, entre outras opções:

## a) Métodos de ensaio e levantamento:

Existem diferentes métodos de sondagem para caracterização do solo, sendo cada um mais indicado para determinado tipo de terreno. A escolha do método deve considerar, ainda, custo, precisão, vantagens e desvantagens, conforme quadro comparativo abaixo:

Tipos de Sondagem	Quem oferta	Principais Vantagens	Desvantagens/Riscos
Sondagem a Percussão (SPT)	Empresas especializadas em sondagens geotécnicas, com equipamentos de percussão padrão.	Método bem conhecido, normatizado (NBR 6484), de médio custo. Bom para solos	Não muito eficaz em rochas ou solos extremamente resistentes; se execução mal realizada, risco de dados imprecisos; pode haver

		típicos, pois fornece dados úteis de capacidade de carga e nível freático. Além disso, possui alta precisão e tempo médio de execução.	variação de custo conforme profundidade e condições.
<b>Sondagem a trado</b>	Empresas de sondagem de menor porte, para solos moles, profundidades limitadas	Baixo custo relativo; rápida execução em solos simples; adequada para investigações preliminares.	Profundidade limitada; não serve bem para rochas ou solos muito duros; menor qualidade de amostra em alguns casos.
<b>Sondagem Rotativa</b>	Empresas com equipamentos motomecanizados avançados, para perfuração de solos duros/rochas	Permite perfuração em rochas/terreno de alta resistência; amostras de testemunhos de rocha de alta qualidade.	Custo elevado; tempo de execução maior; requer logística mais complexa; maior risco de imprevistos (rocha, água, etc).
<b>Sondagem Mista</b>	Empresas que combinam tecnologias de percussão + rotativa para terrenos de transição solo/rocha.	Flexibilidade para terrenos mistos; evita contratar dois contratos distintos; adapta ao terreno real.	Maior complexidade de especificação e de fiscalização; custo ainda elevado.

Embora existam diferentes métodos de sondagem, a sondagem à percussão (SPT) se apresenta como a opção mais eficiente e confiável para a maioria dos estudos geotécnicos. Ela permite a determinação precisa do índice de resistência à penetração do solo, possibilitando a análise detalhada da estratigrafia, classificação do solo e informações essenciais sobre capacidade de carga e nível freático. Além disso, apresenta custo moderado e execução relativamente rápida, tornando-a a escolha mais adequada quando se busca um equilíbrio entre precisão, confiabilidade e viabilidade econômica.

No que tange à caracterização da topografia, existem três tipos principais de levantamento topográfico: planimétrico, altimétrico e planialtimétrico. Cada um deles atende a necessidades específicas e utiliza métodos distintos para a obtenção de dados. Segue quadro comparativo:

Tipo de Levantamento	Quem oferta	Principais Vantagens	Desvantagens/Riscos
<b>Planimétrico</b>	Empresas de topografia, agrimensura, empresas especializadas em levantamento de terrenos (por exemplo, para cadastro, loteamento, implantação básica).	Mais simples, menor custo; adequado para terreno relativamente plano; facilita cadastro, delimitação, plantas básicas.	Não considera variações altimétricas. Pode ser insuficiente em terrenos com relevo acentuado. Risco de erros em planejamento de infraestrutura se usada isoladamente
<b>Altimétrico</b>	Empresas de nivelamento, topografia especializada, quando foco é desnível, cotas, relevo.	Permite determinar elevação, cotas, relevos, para drenagem, terraplanagem.	Não registra coordenadas horizontais completas. Limitado para planejamento de obras que exigem definição de áreas e perímetros. Pode gerar inconsistências se não integrado com levantamento planimétrico
<b>Planialtimétrico</b>	Empresas de topografia/agrimensura que combinam medições horizontais + verticais (podendo usar drones, GNSS, estação total)	Visão completa 3D do terreno (posição + altitude): ideal para grandes projetos, infraestrutura, loteamentos em relevo, cálculo de volumes, drenagem. Reduz risco de erros em planejamento.	Custo mais elevado; maior complexidade operacional e de processamento de dados.

De acordo com a tabela comparativa, observa-se que, para obras de média a grande complexidade ou de infraestrutura crítica, o levantamento planialtimétrico é o mais recomendado, pois fornece informações completas de posição e a elevação do terreno, permitindo planejamento preciso, cálculo de volumes e análise adequada de drenagem.

b) Do modelo de licitação:

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de serviços de sondagem e levantamento topográfico mostra-se a alternativa mais adequada e vantajosa para a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), tendo em vista o planejamento institucional para a construção de novas sedes no próximo exercício.

Em razão da natureza dos serviços de sondagem e topografia, que são etapas necessárias à elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, é fundamental que a DPRJ disponha de agilidade e flexibilidade na contratação, de modo a atender prontamente as demandas que surgirem conforme o cronograma de implantação das novas unidades.

O Sistema de Registro de Preços permite que os serviços sejam previamente licitados, com valores e condições contratualmente definidos, mas executados apenas quando houver necessidade efetiva. Dessa forma, evita-se a realização de múltiplos processos licitatórios para cada novo terreno, reduzindo o tempo de tramitação e os custos administrativos.

Além disso, a adoção do SRP assegura maior economicidade, uma vez que os preços registrados decorrem de ampla competição no momento da licitação, garantindo melhores condições comerciais e técnicas para a Administração. Outro ponto relevante é a otimização orçamentária, já que os serviços são contratados apenas quando demandados, evitando o comprometimento de recursos sem necessidade imediata.

O sistema também proporciona planejamento e previsibilidade, pois a DPRJ poderá acionar o fornecedor registrado sempre que houver necessidade de sondagem ou levantamento topográfico em novos terrenos, assegurando a continuidade e uniformidade técnica dos serviços, além de permitir a adequação ao cronograma físico-financeiro das futuras construções.

Dessa forma, o Sistema de Registro de Preços revela-se o instrumento mais eficiente e alinhado aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, conferindo à DPRJ maior capacidade de gestão e resposta às demandas do seu plano de expansão.

c) Critério de Quantidade:

- Sondagem a percussão (SPT):

A contratação dos serviços de sondagem de simples reconhecimento do solo (SPT – Standard Penetration Test) deverá ser realizada com base no valor unitário por metro linear perfurado, considerando o número de furos e as profundidades definidas conforme a projeção da área construída e as condições geotécnicas de cada terreno. Essa forma de medição e remuneração é tecnicamente a mais adequada, pois a profundidade e a quantidade de furos variam de acordo com o porte e as características da edificação, não sendo possível predeterminar, de maneira exata, o volume total a ser executado. O critério de parada do ensaio seguirá as diretrizes estabelecidas pela ABNT NBR 6484:2020 – Sondagens de Simples Reconhecimento com SPT – Método de Ensaio, que define os procedimentos de execução, os limites de penetração e as condições em que o ensaio deve ser interrompido, garantindo a representatividade e a segurança dos resultados obtidos. Além disso, a definição do número e da profundidade dos furos observará as recomendações da NBR 8036 – Programação de



Sondagens de Simples Reconhecimento dos Solos para Fundações de Edificações, que relaciona esses parâmetros à área e à complexidade da obra, assegurando a obtenção de informações geotécnicas suficientes para o dimensionamento das fundações.

A adoção do critério por metro linear executado proporciona transparência e proporcionalidade na medição e pagamento, refletindo o quantitativo efetivamente executado e evitando distorções decorrentes das variações naturais do subsolo. Esse modelo também é amplamente consolidado em contratações públicas e privadas da área de engenharia, sendo reconhecido como o mais justo e tecnicamente embasado.

Complementarmente, optou-se pela adoção de profundidade mínima de 15 metros por furo para fins de medição e pagamento exclusivamente nos casos em que o critério técnico de paralisação previsto na NBR 6484:2020 seja atingido em profundidade inferior. Tal previsão decorre do fato de que a execução de cada furo envolve custos fixos relevantes, independentes da metragem efetivamente perfurada, tais como instalação e preparação do ponto de sondagem, montagem e desmontagem de equipamentos, posicionamento de equipe técnica, registros de campo, acondicionamento de amostras e demais procedimentos operacionais indispensáveis à execução do ensaio.

Verifica-se, ainda, que a adoção de profundidade mínima constitui prática compatível com o mercado de sondagens geotécnicas, especialmente em contratações pulverizadas e de menor porte, visando assegurar a viabilidade econômica da execução de furos rasos, nos quais os custos fixos possuem elevada representatividade em relação à metragem perfurada. Ressalta-se, contudo, que tal previsão possui caráter excepcional, aplicável apenas aos casos em que a paralisação técnica ocorra em profundidade inferior, considerando que, na prática, grande parte das sondagens usualmente executadas atinge ou supera a profundidade de 15 metros.

Dessa forma, o pagamento por metro linear perfurado, observando o número de furos, a profundidade definida conforme a projeção da área construída, o critério de parada da NBR 6484/2020 e a previsão excepcional de profundidade mínima remunerável, assegura à DPRJ a correta aplicação dos recursos públicos, a conformidade com as normas técnicas vigentes e o atendimento aos princípios da eficiência, economicidade e legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

- Levantamento topográfico:

Considerando que os terrenos vinculados às demandas da DPRJ apresentam características semelhantes quanto à área, variando, em regra, entre 300 m² e 6.000 m², optou-se pela adoção do critério de contratação por unidade de levantamento topográfico planialtimétrico, conforme composição prevista na tabela EMOP (item 01.016.0210-A), referente a terrenos de até 6.000 m².

Entendeu-se que a referida composição melhor representa a realidade operacional da contratação, uma vez que já contempla custos inerentes à mobilização, deslocamento, transporte, equipe técnica, equipamentos e demais despesas necessárias à execução dos serviços. Ademais, não se vislumbra, no âmbito das demandas usuais da DPRJ, a necessidade recorrente de levantamentos em terrenos de grandes dimensões, mostrando-se a faixa adotada compatível com o perfil das contratações pretendidas.

Nesse contexto, verifica-se que, para terrenos com áreas de até 6.000 m², os custos fixos relacionados à mobilização da equipe, estrutura operacional e equipamentos possuem maior representatividade em relação aos custos variáveis diretamente associados à metragem levantada. Assim, entendeu-se que a adoção de composição baseada exclusivamente em metro quadrado poderia ocasionar subprecificação dos serviços em terrenos de menor dimensão, uma vez que parcela relevante dos custos independe diretamente da área do terreno. Dessa forma, a utilização de composição por unidade busca conferir maior adequação técnica, equilíbrio e compatibilidade à estimativa orçamentária elaborada.

#### IV - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Com base nas considerações apresentadas anteriormente, visa-se a contratação de empresa especializada na execução dos seguintes serviços técnicos:

##### 1) Sondagem do tipo STP (Standard Penetration Test);

A elaboração de projetos de engenharia, em geral, exige, como requisito básico e imprescindível, um adequado conhecimento (1) do solo para avaliação da capacidade de suporte das suas camadas, sobre as quais se apoiará a estrutura que se deseja construir e (2) da estratigrafia para que possam ser feitas análises de estabilidade de encostas.

O ensaio de Sondagem deverá ser executado conforme orientações apresentadas na norma NBR 6484/2020 e demais normas pertinentes.

O número de furos e a profundidade máxima a ser analisada em cada furo estará discriminado na Ordem de Serviço, podendo ser realizado ensaio até que se tenha critério de parada atendido, conforme NBR 6484/2020. Independente da profundidade final do ensaio, para critério de pagamento, cada Ordem de serviço será considerado no mínimo 15m de profundidade por furo, limitado à profundidade total efetivamente realizada, conforme relatório de sondagem, com base no critério de parada ou limite solicitado em Ordem de Serviço, o que ocorrer primeiro.

Faz parte dos serviços de sondagem a eventual demolição de pisos ou pavimentos existentes, além de capina na região de execução dos furos de sondagem, devendo ocorrer somente na área do furo e com abrangência suficiente para permitir a execução dos serviços, incluindo ainda a limpeza e recomposição posterior.

Ao final dos serviços, o relatório de sondagem deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa e conter perfis individuais onde conste, no mínimo:

- Nome do cliente;
  - Nome e endereço da obra;
  - Número do furo, diâmetro da sondagem, indicação do tipo de amostrador utilizado;
  - Data de início e término do furo, profundidade máxima alcançada e nome do sondador;
  - Tabela com leitura do nível d'água com: data, hora, profundidade do furo, profundidade do revestimento e observações sobre eventuais fugas d'água, artesianismo, etc. No caso de não ter sido atingido o nível d'água, deverá constar no boletim as palavras "furo seco";
  - Posição final do revestimento;
  - Posição e identificação (número) das amostras coletadas;
  - Resultados do ensaio de lavagem por tempo;
  - Resultado dos ensaios de perfuração, com os métodos de perfuração utilizados e profundidades respectivas por trecho em gráfico, juntamente com a representação gráfica dos perfis do solo, em escala 1:100;
  - Classificação geotécnica e posição (profundidade) das diversas camadas constituintes do subsolo até a profundidade de paralisação da sondagem;
  - Perfil provável das diversas camadas, com indicação da consistência e/ou compacidade conforme cada caso específico;
  - Nome e assinatura do engenheiro/arquiteto ou geólogo responsável pela classificação geotécnica;
  - Indicações de anomalias observadas;
  - Motivo de paralisação do furo;
- Deverão acompanhar os perfis individuais:
- Texto explicativo com critérios de descrição das amostras, bem como outras informações importantes, com nome e assinatura do responsável pela empresa contratada e do engenheiro ou geólogo responsável pela classificação geotécnica;
  - Planta de locação das sondagens ou, na sua falta, croqui com as distâncias aproximadas das amarrações dos furos;
  - Campanha fotográfica com o mínimo de 01 foto para cada furo e 01 foto para toda a área ilustrando a mobilização e os serviços em execução no local;
  - Todo o conteúdo será fornecido através da versão digital por meio de link ou pen drive, contendo todos os arquivos, conforme os softwares adequados, gerados para o serviço;
  - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT dos serviços executados.

Os resultados das sondagens devem ser apresentados em desenhos contendo o perfil individual de cada sondagem e ainda as seções com o perfil geotécnico do terreno.

##### 2) Levantamento topográfico planialtimétrico.

O levantamento topográfico é o ato de localizar e mapear todas as características da superfície de um terreno. Especificamente, tem a função de medir as distâncias, além de mostrar a forma, configuração e elevações do terreno em estudo, representando, assim, todas as características de forma gráfica e tridimensional para representar os contornos de um terreno.

A execução da topografia é um procedimento normatizado pela Associação de Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, tendo como principais as seguintes normas técnicas: NBR 13.133/1994 (Versão Corrigida: 1996) - Execução de levantamento topográfico; NBR 15.777/2009 - Convenções topográficas para cartas e plantas cadastrais - Escalas 1:10.000, 1:5.000, 1:2.000 e 1:1.000 - Procedimento.

A documentação técnica do projeto será composta por elaboração de plantas topográficas, plantas de loteamento, memoriais descritivos e outros documentos técnicos, digital (arquivos DWG ou DXF), com as elevações das curvas de níveis e pontos do levantamento com a devida elevação, organizados e identificados, e todos os desenhos e documentos técnicos deverão atender aos formatos e normas da ABNT, com a devida indicação da simbologia utilizada em cada projeto.

Os levantamentos topográficos deverão contemplar poligonais e detalhes planialtimétricos que representem fielmente os elementos naturais e artificiais existentes, como córregos, valetas, edificações, postes, árvores de médio e grande porte, cercas e demais referências relevantes.

Deverá ser utilizado ao menos um marco de concreto cravado, facilmente identificáveis e que ofereçam condições de permanecer inalterados ao longo do tempo, devendo ser apresentado prova de execução dos marcos, através de monografia dos marcos, a ser anexada ao Relatório Técnico.

O desenho topográfico deverá ser entregue em formato .dwg e .pdf apresentando, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) Data e local do levantamento;
  - b) Designação (nome) e natureza do empreendimento;
  - c) Instrumento utilizado, com características principais;
  - d) Orientação magnética, na data do levantamento;
  - e) Datum;
  - f) Perímetro do terreno, com as medidas dos lados da poligonal, ângulos internos, deflexões e área;
  - g) Curvas de nível de metro em metro, cotas dos vértices e nível de pontos notáveis;
  - h) Referência de nível (RN) devidamente caracterizado e de fácil localização e identificação;
  - i) Ruas adjacentes, com nomes, dimensões da via, passeio e acessos, tipo de pavimentação e arborização existentes;
  - j) Locação da rede elétrica de distribuição e da rede de iluminação pública existente, indicando a locação dos postes, luminárias e transformadores;
  - k) Locação dos dispositivos de drenagem e redes de água/esgoto, apresentando todos os dados disponíveis das tubulações, tais quais diâmetro, material, profundidade e demais informações pertinentes, apresentando, principalmente, cotas de fundo e de topo dos dispositivos de drenagem;
  - l) Locação das redes de tubulação de gás, apresentando todos os dados disponíveis das tubulações, tais quais diâmetro, material, profundidade e demais informações pertinentes;
  - m) Locação das redes aéreas de transmissão de energia, apresentando voltagem da rede, altura dos cabos e faixa de domínio;
  - n) Locação de redes de comunicação, tais quais telefonia, internet e fibra ótica, indicando altura ou profundidade das redes;
  - o) Locação de muros, cercas, construções, afloramento de rochas, depressões, nascentes, córregos, cursos d'água perenes ou intermitentes, lagoas, área de brejo ou qualquer outra ocorrência, que existam no terreno ou que estejam nas proximidades e possam interessar ao projeto a ser desenvolvido, indicando largura, seção e nível em relação ao RN;
  - p) Locação das árvores cujos diâmetros sejam maiores que 0,20 m, medidos a 1,20m do solo e com a indicação aproximada do diâmetro de suas copas (se houver);
  - q) Áreas de preservação permanente e de conservação, non aedificandi, afastamentos e servidões;
  - r) Localização, área de projeção, número de pavimentos, tipo de estrutura e cotas das soleiras de eventuais edificações existentes no terreno;
  - s) Posição das divisas de propriedades vizinhas.
- A versão em .pdf do documento deverá estar assinada digitalmente pelo responsável técnico.

V - Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala,

Com base no Plano diretor de contratações da DPRJ para o biênio 2026/2027, foram estimados os possíveis locais a serem utilizados os serviços aqui descritos, conforme tabela a seguir. Ressalta-se que, devido ao caráter dinâmico das atuações da DPRJ, os locais e quantitativos estimados estão sujeitos à alteração, uma vez que algumas localidades ainda não possuem anteprojeto elaborado.

Considerando que as sedes previstas ainda não possuem terrenos definidos nem projetos arquitetônicos elaborados, as áreas de projeção foram estimadas com base nas dimensões padrão dos terrenos usualmente adquiridos pela DPRJ e no porte das sedes atualmente existentes.

O número de furos foi determinado a partir da projeção estimada, conforme o critério técnico estabelecido pela NBR 6484/2020 - Solo - Sondagens de simples reconhecimento com SPT - Método de ensaio (Para áreas de projeção de até 200 m², o mínimo é de 2 furos; entre 200 m² e 400 m², são 3 furos. A partir de 400 m², adiciona-se 1 furo para cada 200 m² até 1200 m²).

A profundidade estimada para cada furo é de 30 (trinta) metros, valor adotado como padrão em ensaios desse tipo.

Por se tratar de uma estimativa, foi acrescido um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) ao quantitativo total previsto para contratação, de modo a absorver eventuais variações, considerando que o pagamento será efetuado com base apenas nos serviços efetivamente executados.

LOCAIS COM PREVISÃO DE NOVAS SEDES (PLANO DIRETOR 2025/2026)	SONDAGEM SPT				LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO
	DIST. MÉDIA DA CAPITAL (KM)	ÁREA ESTIMADA DE PROJEÇÃO (M2)	NÚM. FUROS ESTIMADO	PROF. TOTAL DE SONDAGEM (M)	ÁREA ESTIMADA DO TERRENO (M2)
SAQUAREMA	102	400,0	3	90,0	237,0
ITALVA	344	300,0	3	90,0	500,0
QUATIS	158	300,0	3	90,0	500,0
RIO DAS OSTRAS	171	400,0	3	90,0	500,0
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	329	600,0	4	120,0	700,0
ANCHIETA	36	600,0	4	120,0	700,0
TOTAL ANUAL	1140	TOTAL ANUAL	16,0	480,0	2437,0
OBS: PROF. ESTIMADA DE CADA FURO DE 30M, ÁREAS SUJEITAS A ALTERAÇÃO					

VI - Estimativa do valor da contratação, quando houver elementos já disponíveis;

Como estimativa de custo, verificou-se o custo de mobilização e desmobilização de equipamento de sondagem, custo médio por metro linear para a execução de sondagem por tipo SPT e de unidade para a execução do serviço de levantamento topográfico planialtimétrico, conforme tabela abaixo. Os valores estimados foram baseados no custo das tabelas referência EMOP e CPOS, para os serviços propostos.

Em relação à execução de sondagem, adotou-se como valor referencial para mobilização de desmobilização, a composição de custo das Tabelas CPOS - COMPANHIA PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS, que se mostrou mais adequada para as características desta contratação, baseada em taxa fixa por sondagem. Esta adoção considera o fato de se tratar de localidades distribuídas dentro do Estado do Rio de Janeiro, entendendo-se maior vantagem adotar uma taxa única, considerando a dificuldade de se adotar um valor variável por KM, por exemplo, dada a impossibilidade de precisão do Endereço da empresa a ser contratado e a disponibilidade de diversas empresas com sedes distribuídas no Estado ou regiões do Estado. deste modo, considerando a previsão de execução de 6 ensaios anualmente, com valor unitário, referente à mobilização e desmobilização de R\$ 1.342,33, o valor total estimado deste subitem foi de R\$ 8.053,98 (oito mil cinquenta e três reais e noventa e oito centavos). A Composição de custo referente a execução do ensaio, levando em consideração a extensão total de sondagem estimada igual a 600 m, adotando-se o custo estimado por m igual a R\$ 137,89, estima-se o valor de R\$82.734,00 (oitenta e dois mil setecentos e trinta e quatro reais).

No que tange à execução de Levantamento topográfico planialtimétrico, levando-se em consideração a estimativa de 6 levantamentos anualmente, bem como o custo estimado por unidade igual a R\$ 6.307,74, estima-se o valor anual de R\$ 37.846,44.

Portanto, o valor total previsto para contratação é de R\$ 128.634,42 (cento e vinte e cinco mil cento e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

ITEM	SUBITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE ESTIMADA	UNID.	BASE REFERENCIAL	COMPOSIÇÃO	CUSTO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	1.1	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E EQUIPE PARA EXECUÇÃO DE SONDAAGEM	6,0	UNID.	CPOS (12/2025)	01.21.010	R\$ 1.342,33	R\$ 8.053,98
	1.2	SONDAGEM A PERCUSSÃO COM ENSAIO DE PENETRAÇÃO PADRÃO (SPT)	600,0	M	EMOP (12/2025)	01.003.0001-A	R\$ 137,89	R\$ 82.734,00

2	2.1	LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO PLANIALTIMETRICO E CADASTRAL,COM CURVAS DE NIVEL A CADA 1,00M, AREA ATE 5000M2, INCLUSIVE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	6,0	UNID.	EMOP (12/2025)	01.016.0210-A	R\$ 6.307,74	R\$ 37.846,44
							VALOR TOTAL:	R\$ 128.634,42

VII - Justificativas para o parcelamento ou não da solução;

Em regra, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem prejuízo da economia de escala.

No presente caso, o parcelamento da solução é recomendável sob o ponto de vista da eficiência técnica, considerando a natureza dos serviços a serem prestados e a independência entre os itens que compõem esta contratação, quais sejam: a execução de sondagem e o levantamento topográfico, razão pela qual a contratação e execução será dividida em dois itens.

A separação desses serviços permitirá ampliar a competitividade no processo licitatório, visto que há no mercado fornecedores especializados para cada atividade.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento é técnica e economicamente viável, e atende aos princípios da eficiência, competitividade e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Com relação à localização dos serviços, deve ser frisado que estes poderão ser solicitados em todo o território do Estado do Rio. Considerando a grande disponibilidade de empresas atuantes nesta localidade, bem como o ganho de escala em relação a lote único em todo o estado, não se optou pela divisão de lote em regiões do estado, mantendo-se somente a divisão por tipo de serviço, sendo item 1: Sondagem SPT e item 2 Levantamento Planialtimétrico.

VIII - Contratações correlatas e/ou interdependentes;

O presente objeto especificamente não consta em nenhum outro processo para licitação no presente exercício. Considera-se esta contratação correlata aos procedimentos licitatórios de Obras de construção das novas Sede, em fase de estudo técnico preliminar.

IX - Demonstrativo da previsão da contratação nos instrumentos de planejamento da DPRJ;

A presente contratação será incluída no PCA 2026 E-20/001.004545/2025.

X - Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro visa implementar políticas de modernização e ampliação de sua estrutura física, assim, como forma de garantir melhores condições de atendimento aos seus assistidos, é imprescindível a análise técnica de terrenos que poderão ser adquiridos para futura instalação de unidades ou sede institucional. Para tanto, é condição prévia à viabilidade de qualquer aquisição ou edificação a topografia atualizada, somada a determinação da estratigrafia do solo, através das sondagens, que permitirão o conhecimento detalhado do subsolo, de modo a orientar e fundamentar decisões administrativas e de engenharia com base na fidedigna realidade do terreno.

XI - Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

A Fiscalização do Contrato caberá a 3 (três) servidores designados pela Diretoria de Infraestrutura e Engenharia da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Considerando a existência no quadro da DPRJ de profissionais tecnicamente qualificados para realização da fiscalização, não se identifica a necessidade de capacitação específica para acompanhamento deste objeto. Cursos complementares, para capacitação dos servidores lotados nos setores de fiscalização de contratos estão incluídos no plano de capacitação anual da Defensoria.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; e

Em virtude de não haver previsão de geração de qualquer resíduo durante a execução dos serviços contratados, não é previsto por esse Estudo Técnico Preliminar o cumprimento por parte da contratada de qualquer requisito em relação à sustentabilidade.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Declara esta Equipe de Técnica que a contratação pretendida é viável, uma vez considerada a grande quantidade de empresas prestadoras de serviço desse segmento existentes no mercado, disponibilidade financeira do órgão (a ser verificada), disponibilidade no quadro técnico de equipe técnica qualificada para fiscalização e gerenciamento.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO EDUARDO LETHIER RANGEL**, Subdefensor Público Geral de Gestão, em 19/05/2026, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.def.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.rj.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2099209** e o código CRC **9311C2A6**.